



Dominio público/Wikimedia Commons

bicentenário da independência: cultura e sociedade

Apresentação

Duzentos anos de cultura

Maria Arminda do Nascimento Arruda

Não é tarefa simples construir um projeto de edição que contemple dois séculos de produção cultural, capaz de percorrer o período que medeia desde a Independência política do Brasil, em 1822, aos dias atuais. E isso, por inúmeros motivos, dos mais substantivos, que pressupõem pensar conceitualmente a existência de uma cultura nacional, tomada de maneira integrada, caracterizada em termos identitários, ou de modo relativo, reconhecendo as múltiplas dimensões e os variados contextos sociais a serem contemplados pelo elenco dos temas e setores da produção cultural selecionados. Se as discutíveis questões identitárias possuem vasta fortuna crítica, o índice dos assuntos a conformar o conjunto é discutível e incerto, a depender dos critérios utilizados para compor o inventário.

Dito de outro modo, há sempre algo de arbitrário na construção do elenco, embora possa haver algum consenso sobre certas permanências temáticas, a exemplo dos denominados, por Antonio Candido, intérpretes do Brasil, os conhecidos ensaístas modernos de 1930, representados pelas obras *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre (1933), *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Jr. (1934), e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936). Embora toda construção de cânones contenha traços de arbitrariedade, por manifestar as próprias concepções de quem os concebe, no caso de Candido, o da valorização do Modernismo, o ensaísmo crítico representou, de fato, ruptura; menos em relação aos problemas que tratou – a viabilidade de um país como o Brasil, recém-independente, mes-

MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA
é vice-reitora da USP e professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP

tiço e repleto de fragilidades, construir os suportes de uma civilização moderna nos trópicos. Se tal problemática já havia perseguido a intelectualidade anterior, a exemplo de autores como Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Manoel Bomfim, Oliveira Vianna e mesmo Euclides da Cunha, a geração de 1930 distinguiu-se por conceber uma imagem *positivada* do Brasil, vista não na perspectiva lacunar, ou das debilidades que obstavam o nosso caminho rumo à civilização moderna, mas dos traços que nos caracterizavam.

Independentemente do modo como o país foi imaginado, a partir da *mestiçagem* em Gilberto Freyre, da *cordialidade* em Sérgio Buarque de Holanda, ou da persistência do *sentido da colonização* em Caio Prado Jr., os chamados intérpretes tornaram-se marcos do pensamento social brasileiro, a explicar a inesgotável bibliografia a respeito desses autores, produzida por seguidas gerações de pesquisadores. Inauguraram uma linhagem intelectual que frutificou, desdobrando-se nas obras sobre a formação do Brasil, como país, como nação, como cultura. Nesse sentido, são parte integrante na construção de um elenco sobre a produção cultural que modelou a nossa autoimagem, pelo menos enquanto vigerem as nossas hesitações civilizatórias.

As relações entre a cultura e a constituição do Brasil são extremamente complexas. Em termos precisos, refere-se ao modo como intelectuais e artistas, sob as mais diversas orientações ideológicas, pensaram o país e conformaram uma ideia de nação. Nas palavras de Fernand Braudel, ao tratar da identidade da França, “uma nação em processo de se fazer,

ou de se refazer, não é uma personagem simples, ‘uma pessoa, como dizia poeticamente Michelet’”¹. Apesar da diversidade interna das nações, não há como concebê-las sem admitir, de saída, que “toda identidade nacional implica, forçosamente, uma certa unidade nacional, ela é como um reflexo, a transposição, a condição”². No caso dos países recém-constituídos no processo de ruptura dos laços coloniais, parece conveniente recuperar a imagem de Ernest Gellner sobre o período de emergência da nacionalidade, diverso da etapa posterior da sua consolidação: “O primeiro mapa assemelha-se a um quadro de Kokoschka. A explosão de vários pontos de cor é tal que não conseguimos distinguir claramente qualquer forma definida, embora a obra realmente a tenha. As diferentes partes da totalidade são caracterizadas por uma grande diversidade, pluralidade complexidade [...]”. O segundo “não se assemelha a Kokoschka, mas sim, por exemplo, a Modigliani. Existem muito poucas sombras; as superfícies planas estão nitidamente separadas umas das outras; é bastante claro o sítio em que uma começa e a outra acaba; existe pouca, ou quase nenhuma, ambiguidade ou sobreposição”³.

O trecho acima deixa entrever que a unidade nacional implica, dentre outros requisitos, a criação de um mapa íntegro e reconhecível por suas particularidades.

1 Fernand Braudel, *L'identité de la France. Espaces et Histoire*, Paris, Ed. Arthaud-Flammarion, 1986, p. 12.

2 Idem, *ibidem*, p. 17.

3 Ernest Gellner, *Nações e nacionalismo. Trajetórias*, Lisboa, Gradiva, 1993, pp. 202-3.

Nos termos dessa proposta, envolve compreender *o modo como a Independência foi vista e concebida pelos produtores da cultura*. Rigorosamente falando, a nação confunde-se com a existência das histórias nacionais, por sua vez revelação do papel dos intelectuais no curso da sua construção⁴. O processo de organização das instituições do Estado brasileiro, no momento da Independência, foi artificialmente idealizado por uma elite letrada que se inspirou nos modelos políticos dos países avançados. O historiador Fernando Novais, caracterizando as vias de passagem dos movimentos de ruptura do pacto colonial, inseriu a vertente brasileira na forma mais conservadora da emancipação, pois “mantém a monarquia e preserva a escravidão”⁵. Nas palavras lapidares de Euclides da Cunha, o Brasil caracteriza-se por ser “uma nacionalidade feita por uma teoria política”⁶.

O quiproquó resultante da aliança entre liberalismo e escravidão produziu o fenômeno, denominado por Roberto Schwarz, das “ideias fora do lugar”⁷. A formação do Estado foi um pacto de elites que excluiu quase todos os brasileiros, arranjo conservador que terá consequências inolvidáveis para a história da cultura. Em larga medida, a nossa vida intelectual seguirá um movimento pendular, ao mesmo tempo compro-

metida com a formulação dos princípios de uma nacionalidade que elidiu a maior parte dos seus habitantes e comprometida com a tarefa de conceber as bases da nação. Não por casualidade, o *pensamento brasileiro* expressou o dilaceramento constitutivo da nossa formação, presente na hesitação de um Euclides da Cunha, vacilando entre a defesa dos valores por ele identificados como civilizados e o reconhecimento da força do atraso, que germinou no terreno do descaso ao qual os sertanejos foram relegados.

Noutras palavras, a nação é uma realidade simbólica, é “um conceito sociocultural”, “uma comunidade política imaginada”⁸ por seus formuladores. As tradições nacionais são, assim, invenções culturais de formuladores, que se movimentam num solo histórico determinado e num espaço de projetos em disputas, campo no qual alguns acabam por se legitimar e formar a sensibilidade coletiva⁹. Tal raciocínio significa reconhecer as afinidades entre a vida intelectual de uma nação e as imagens difundidas a respeito dos atributos que a singularizam, a revelar que as ideias não são mero espelho, mas criam imagens que atuam na nossa sensibilidade. Reversivamente, essas construções não estão isentas de juízos de valor, revelando tanto as controvérsias dominantes, quanto os dispositivos diferenciais que as ani-

4 Cf. Bernard Guenée, *O Ocidente nos séculos XIV e XV (os estados)*, São Paulo, Pioneira/Edusp, 1981, pp. 66-7.

5 Fernando Novais, “Passagens para o Novo Mundo”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 9, julho de 1984, p. 7.

6 Euclides da Cunha, *À margem da História do Brasil*, 3ª ed., Porto, Livraria Charbron, 1922, p. 237.

7 Roberto Schwarz, “As ideias fora do lugar”, in *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo, Duas Cidades, 1977, pp. 13-28.

8 Benedict Andersen, *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, pp. 30 e 32. Cf. também, do mesmo autor: *Nação e consciência nacional*, São Paulo, Ática, 1989.

9 Sobre a invenção das tradições, cf.: Eric Hobsbawm, “A invenção das tradições”, in Eric Hobsbawm; Terence Ranger, *A invenção das tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

mam. Avaliar o maior ou menor êxito de cada vertente de pensamento não é tarefa simples, embora o critério da sincronia entre obras e projetos políticos vitoriosos, mesmo que críticos, possa lançar alguma luz sobre a proeminência adquirida por alguns em detrimento de outros.

Os ensaístas de 1930, apenas para retomar exemplos sobejamente conhecidos, escreveram sobre as possibilidades de realização da nossa modernidade, segundo registro modernista, no bojo do processo de modernização e de consolidação do Estado no governo de Getúlio Vargas. Explicitamente, o Modernismo era a linguagem coerente com aquele momento, pois tanto refletia sobre as possibilidades de realização do país moderno, quanto anunciava a emergência de um estilo de pensamento compassado com os desejos de uma intelectualidade cosmopolita, haja vista a geração *Clima* formada na Universidade de São Paulo, da qual Antonio Candido foi o representante mais proeminente. O chamado *paradigma da formação* – que modelou a vida intelectual brasileira, exemplificado no denso legado da nossa tradição ensaística da década de 1950 – está comprome-

tido com a reflexão sobre a constituição do moderno no país.

O enfrentamento dos problemas ocasionados no trânsito para o moderno espelhou-se em todas as linguagens da cultura: nas artes em geral, na literatura, na produção intelectual. Os estudos sobre a formação construíram um retrato do Brasil, o que não significa que tivessem abjurado a crítica. Mas, quando o fizeram, apresentaram um quadro razoavelmente coerente dos problemas da nossa constituição como nação, deixando na sombra outros projetos e excluindo personagens, como é o caso da ausência do Estado e do privilegiamento da escravidão doméstica em *Casa-grande & senzala*; da inexistência da escravidão em *Raízes do Brasil*; da cultura em *Evolução política do Brasil*. A recorrência dos trabalhos sobre a formação talvez resulte de uma história que caminhou no sentido da exclusão de camadas sociais e de vozes dissonantes, numa espécie de eliminação da pluralidade. Daí a questão de a formação parecer sempre inacabada, a despeito de *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antonio Candido, finalmente ter se cumprido.